

# **O ATERRO SANITÁRIO DE NOVA IGUAÇU (RJ): ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS DE GESTÃO PÚBLICA PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS, NA BAIXADA FLUMINENSE.**

**Aluna: Adélia Santos Araujo**

**Orientador: Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva**

## **Introdução**

O controle dos resíduos sólidos tem sido, nos últimos anos, um grande desafio socioambiental a ser enfrentado pelas gestões públicas municipais. Isto porque é cada vez maior quantidade de lixo com características mais complexas (orgânicos e inorgânicos) encontrado em lixões e aterros, o que deveria mobilizar os poderes públicos dos municípios para a busca de uma postura mais efetiva através de políticas de sustentabilidade. Como reforço de tal situação, a alta concentração urbana diminui ainda mais a possibilidade de espaços adequados para a destinação do lixo, o que amplia a pressão sobre os territórios municipais e os seus arredores. Diante desse grave problema, começa-se a projetar políticas e práticas sociais diversas que visam implantar e operar aterros sanitários no país, como métodos de disposição final ambiental, sanitariamente seguros. Entretanto, atualmente, somente uma pequena parcela dos municípios brasileiros destina adequadamente os resíduos gerados, sendo que menos ainda são aqueles que possuem um sistema efetivo de redução de resíduos e de conscientização da população sobre tal problemática.

## **Objetivos**

Analisar de que forma acontece a gestão pública sobre os resíduos sólidos no município fluminense de Nova Iguaçu (RJ) e os atores responsáveis por ela, a partir da substituição do lixão de Marambaia pelo aterro sanitário da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) da cidade, e os seus reflexos para a população iguaçuana. Procurar entender se o município desenvolve algum projeto social voltado para a Educação Ambiental como estratégia para a mobilização dos sujeitos na busca por sustentabilidades socioespaciais para a problemática em questão.

## **Metodologia/Justificativa**

Para a realização desse trabalho buscar-se-á montar, primeiramente, um panorama geral da crise ambiental que o lixo vem causando e uma contextualização de como se dá a gestão pública dos resíduos sólidos em Nova Iguaçu. Em seguida, será necessário mostrar em que medida a gestão pública do município se integra com as leis que envolvam a questão do lixo, buscando-se entender a espacialidade do processo de gestão do território. Por final, será abordada uma discussão pedagógica a respeito da importância da Educação Ambiental como estratégia de modernização da Educação Básica brasileira, direcionando-se para a construção de sustentabilidades da cidade de Nova Iguaçu a partir do aterro em vigência.

Atualmente percebe-se uma mudança significativa das “necessidades” da humanidade. O atual estilo de vida da sociedade está cada vez mais marcado pelo consumo desenfreado das “coisas da natureza” e, freqüentemente, os efeitos da atividade humana sobre a natureza originam impactos socioambientais negativos. As condições ambientais de recuperação e de reciclagem dos produtos naturais e artificiais estão em uma escala temporal muito distante do consumo e da produção humana, desarmonizando a sociedade e o ambiente espacial, gerando uma verdadeira crise ambiental. A grande produção de lixo está em descompasso com uma preocupação da sociedade com o descarte, o tratamento e a composição do seu lixo.

No Brasil, o gerenciamento dos resíduos sólidos está a cargo dos municípios como é previsto na Constituição Federal de 1988, e de acordo com a Lei de Crimes Ambientais (Brasil, nº 9605 de fevereiro de 1998) a deposição de resíduo a céu aberto é considerada ilegal [6]. Através dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2002, percebe-se uma falta de sincronismo entre os órgãos envolvidos com a gestão do lixo e a aplicação efetiva das leis, onde 59,5% dos resíduos sólidos do país são depositados em lixões, 19,9% em aterros controlados e apenas 14,9% iam para aterros sanitários [2]. Enfatiza-se aqui que o aterro sanitário seria a técnica mais adequada para a disposição final do resíduo.

Em Nova Iguaçu, maior município da Baixada em extensão territorial (responde por 11,1% da área Metropolitana), e o segundo em população (estimada, pelo IBGE [3], em 830 mil habitantes), há um aterro sanitário de referência em gestão mundial de resíduos. Nele há uma demanda de cerca de 1500 toneladas de resíduos sólidos por dia e capacidade para operar durante 20 anos recebendo 5.000 toneladas/dia de lixo de toda a Baixada fluminense, mas só recebe o lixo de Nova Iguaçu [1]. Não existe neste município um sistema efetivo de redução de resíduos e nem o entendimento da população sobre tal problemática, um dos caminhos importantes para que o aterro tenha sua vida útil prolongada e para que haja uma sustentabilidade ambiental. Apesar de a Educação Ambiental ser prevista na Lei Orgânica do Município, sendo o governo municipal responsável em promover tal educação, esta não é efetivada. Nesse sentido, não basta a um município ter um espaço tecnicamente adequado para a deposição de lixo se tecnologia não está aliada a iniciativas de mudanças de posturas, de valores e de mentalidade [5].

### **Conclusões parciais**

Planejar o gerenciamento de resíduos de forma participativa é fundamental para assegurar uma maior sustentabilidade ambiental e ao sistema de limpeza urbana. A sustentabilidade do território se dará a partir do momento em que os sujeitos se sentirem co-responsáveis pelas estratégias de controle sobre o lixo que geram, iniciando-se um projeto mais ousado no sentido de mudar a mentalidade em torno do que possa ser reaproveitado, reciclável e prejudicial para o consumo. Para esta mobilização acredita-se que a Educação Ambiental é um instrumental importante, promovendo a transformação de práticas sociais, colocando as pessoas como participantes de um mesmo processo, na tentativa de solucionar os problemas ambientais [4].

### **Referências Bibliográficas**

- 1 - NovaGerar. Relatório Ambiental de Geração de Energia em Adrianópolis e Marambaia. Disponível em: <http://www.sapaulista.com.br/relatorios.htm>. Acessado em: 05 jul. 2007.
- 2 - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – IBGE 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>. Acessado em 22 abril 2008.
- 3 - Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br>. Acessado em 05 jul. 2007.
- 4 - TRAVASSOS, E. G. **A prática da educação ambiental nas escolas**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- 5 - ZACARIAS, R. **Consumo, Lixo e Educação Ambiental: uma abordagem crítica**. Juiz de Fora: FEMR, 2000.